Instrução n.º 1/CAEAL/2025

A Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (adiante designada por “CAEAL”) emite e manda publicar, nos termos da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, aprovada pela Lei n.º 3/2001 (adiante designada por “Lei Eleitoral”), nomeadamente da alínea 10) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 10.º e do n.º 4 do artigo 65.º, a presente instrução:

Secção I – Propaganda eleitoral

1. Período de campanha eleitoral

- 1.1. As eleições da Assembleia Legislativa realizam-se no dia 14 de Setembro de 2025 e o período de campanha eleitoral inicia-se às 00h00 do dia 30 de Agosto e termina às 24h00 do dia 12 de Setembro de 2025. (artigo 74.º da Lei Eleitoral)
- 1.2. Quem, no período compreendido entre o dia seguinte ao do termo do prazo para a apresentação de candidaturas e o início da campanha eleitoral, ou seja, entre 27 de Junho e 29 de Agosto de 2025, fizer propaganda eleitoral por qualquer modo, em violação do disposto na Lei Eleitoral, é punido com multa de 2 000 a 10 000 patacas. (artigo 188.º-A da Lei Eleitoral)
- 1.3. Quem, no dia anterior ao das eleições da Assembleia Legislativa, fizer propaganda eleitoral por qualquer modo, em violação do disposto na Lei Eleitoral, é punido com multa de 2 000 a 10 000 patacas. (artigo 197.º da Lei Eleitoral)
- 1.4. Quem, no dia das eleições da Assembleia Legislativa, fizer propaganda eleitoral por qualquer modo, em violação do disposto na Lei Eleitoral, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 240 dias, e quem fizer propaganda, em violação do disposto na Lei Eleitoral, nas assembleias de voto ou nas suas imediações até 100 metros é punido com pena de prisão até 2 anos. (artigo 160.º da Lei Eleitoral)

2. Instalações da sede da campanha eleitoral ou dependências

- 2.1. O mandatário da comissão de candidatura deve comunicar à CAEAL as seguintes informações sobre cada uma das instalações onde funcionam a sede da campanha eleitoral e dependências com finalidades de preparação de campanha eleitoral, antes da sua entrada em funcionamento: área bruta de utilização, endereço, tipo de acordo que permite a utilização, prazo da utilização e valor imputado à utilização para efeitos de contas eleitorais.
- 2.2. A sede da campanha eleitoral e suas dependências podem ser instaladas até ao limite máximo de sete instalações e estar, no todo ou em parte, localizadas na península de Macau, na Taipa ou em Coloane.
- 2.3. A sede da campanha eleitoral e suas dependências não podem funcionar em imóveis cuja inscrição no registo predial é a favor da RAEM ou de outra entidade pública e cuja utilização é cedida a título gratuito.
- 2.4. Reconhecida a sua existência legal, a comissão de candidatura pode afixar uma tabuleta ou faixa na respectiva sede de campanha eleitoral e uma em cada dependência, com a área máxima de 2,5 m2, contendo, antes do início do período da campanha eleitoral, somente a sua denominação, em chinês e português, sigla e símbolo.
- 2.5. Os mandatários das comissões de candidatura devem subscrever seguro de responsabilidade civil referente à afixação de material de propaganda e publicidade para as tabuletas ou faixas afixadas nas paredes exteriores dos edifícios.
- 2.6. Os mandatários das comissões de candidatura devem assegurar-se que a colocação da tabuleta cumpre as normas aplicáveis, nomeadamente, as regras técnicas para a afixação de tabuletas ou faixas, não perturbando a circulação de veículos na via pública ou a passagem de peões e não encobrindo a iluminação pública, as placas dos nomes das ruas ou a numeração policial.
- 2.7. Quem violar o disposto nos n.os 2.1 a 2.3 e 2.5 desta instrução incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)
- 2.8. Quem violar o disposto no n.º 2.4 desta instrução e o disposto na Lei Eleitoral referente à propaganda eleitoral, é tratado de acordo com as correspondentes disposições da mesma lei. Quem violar o disposto no n.º 2.4 acima e não corrigir as deficiências no prazo indicado pelo presidente da CAEAL incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)
- 2.9. Quem violar o disposto no n.º 2.6 supra e não corrigir as deficiências no prazo indicado pelo presidente da CAEAL incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)

3. Propaganda eleitoral feita através de publicidade comercial

- 3.1. A partir do dia seguinte ao do termo do prazo para a apresentação de candidaturas, é proibida a propaganda eleitoral feita, directa ou indirectamente, através de quaisquer meios de publicidade comercial, em órgãos de comunicação social ou fora deles, que abrangem, nomeadamente: (artigo 80.º da Lei Eleitoral)
 - 1) Os meios de publicidade comercial nas redes sociais e em quaisquer órgãos de comunicação social;
 - 2) O espaço destinado a publicidade comercial no mobiliário urbano;
 - 3) As áreas para afixação de cartazes, os ecrãs e outros equipamentos similares nas colunas e nas fachadas dos edifícios;
 - 4) O espaço no interior ou no exterior de veículos automóveis usados em actividades económicas de transporte de passageiros ou de mercadorias, nomeadamente, autocarros públicos, viatura de aluguer e “Fat Choi Pa”.
- 3.2. A empresa de comunicação ou de publicidade que violar o disposto no n.º 3.1 acima, ou quem incumbir uma empresa de comunicação ou de publicidade da prática do referido acto, é punido com multa de 5 000 a 50 000 patacas. (artigo 192.º da Lei Eleitoral)
- 3.3. Quem violar o disposto no n.º 3.1 acima e não parar de praticar o referido acto ilícito após a advertência emitida pelo presidente da CAEAL incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)

4. Propaganda por aparelho acústico em veículo automóvel

- 4.1. Não é admitida propaganda sonora antes das 9h00 ou depois das 23h00, salvo se realizadas em recinto fechado, em estabelecimentos de espectáculo, em edifícios sem moradores ou, no caso de terem moradores, se forem estes os promotores ou tiverem dado o seu consentimento por escrito.
- 4.2. O mandatário da candidatura deve assegurar-se que o volume sonoro emitido por aparelhos radiofónicos ou de reprodução sonora instalados em veículos automóveis não excede os seguintes padrões de referência: entre as 09h00 e as 20h00, 85 dB(A); entre as 20h00 e as 23h00, 70 dB(A).
- 4.3. O mandatário da candidatura deve assegurar-se que a segurança e o volume máximo sonoro dos aparelhos radiofónicos ou de reprodução sonora instalados em veículos automóveis são verificados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, antes da sua utilização para propaganda sonora, sendo apenas admitida a utilização após obtenção de autorização destas duas direcções de serviços.
- 4.4. O mandatário de cada candidatura pode requerer a utilização, no máximo, de oito veículos automóveis para fazer propaganda sonora da respectiva candidatura.
- 4.5. Quem violar o disposto no n.º 4.1 desta instrução, é punido com multa de 1 000 a 5 000 patacas. (artigo 191.º da Lei Eleitoral)
- 4.6. Quem violar o disposto nos n.os 4.2 e 4.4 desta instrução, incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)

5. Propaganda gráfica fixa

- 5.1. A propaganda gráfica fixa abrange cartazes, fotografias de candidatos, tabuletas, jornais murais, manifestos, avisos e qualquer outro meio de propaganda eleitoral que sejam afixados de forma a ficar visíveis ao público.
- 5.2. Durante o período de campanha eleitoral, a propaganda gráfica fixa só pode ser feita nos seguintes locais:
 - 1) Nos espaços reservados pela CAEAL para o efeito;
 - 2) Nos espaços da sede da campanha eleitoral e das dependências instaladas pela comissão de candidatura;
 - 3) Nos espaços em partes comuns do condomínio de prédio constituído em propriedade horizontal, desde que a propaganda não seja visível do exterior do prédio e a afixação seja previamente autorizada por deliberação da assembleia geral do condomínio;
 - 4) No interior de casa ou de fracção autónoma, com o consentimento do respectivo arrendatário ou proprietário e desde que a propaganda não seja visível do exterior do prédio;
 - 5) Nos veículos de propaganda sonora com finalidades de campanha eleitoral.

- 5.3. Todos os materiais de propaganda, mensagens ou informações, divulgados em quaisquer locais durante o período de campanha eleitoral, incluindo na Internet, cujo conteúdo seja susceptível de dirigir a atenção do público para um ou determinados candidatos e de sugerir, de forma expressa ou implícita, que os eleitores votem ou deixem de votar nesse candidato ou candidatos devem ser removidos ou eliminados pelos mandatários das candidaturas, candidatos, mandatários da comissão de candidatura e por quem os afixou ou permitiu a sua afixação, até às 24 horas do dia 12 de Setembro de 2025, podendo, contudo, manter-se a tabuleta ou faixa prevista no n.º 2.4. e a propaganda gráfica fixa nos espaços indicados na alínea 1) do número anterior.
- 5.4. Quem violar o disposto no n.º 5.2 desta instrução é punido com multa de 1 000 a 5 000 patacas. (artigo 191.º da Lei Eleitoral)
- 5.5. Quem, no dia anterior ao das eleições, violar o disposto no n.º 5.3 desta instrução é punido com multa de 2 000 a 10 000 patacas; quem, no dia das eleições, violar o disposto no n.º 5.3 acima é punido com pena de prisão até 1 ano ou com multa até 240 dias. (artigo 197.º, n.º 1 do artigo 160.º da Lei Eleitoral)
- 5.6. Quem violar o disposto nos n.os 5.2 ou 5.3 desta instrução e não remover ou eliminar os materiais de propaganda gráfica fixa no prazo indicado pelo presidente da CAEAL, incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)

6. Ilícito eleitoral através de meios informáticos

Se o ilícito eleitoral cometido através de meios informáticos estiver relacionado com actos de propaganda eleitoral fora do período de campanha eleitoral, nomeadamente propaganda no dia da eleição, o prestador de serviços de Internet deve aplicar, por ordem da CAEAL, medidas para remover os dados informáticos específicos e ilegais, ou impedir o acesso aos mesmos, de forma expedita, sob pena de crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)

Secção II – Despesas eleitorais

7. Autorização e ratificação de despesas eleitorais

- 7.1. Os candidatos, mandatários das comissões de candidatura ou mandatários das candidaturas podem permitir, mediante autorização prévia ou ratificação, a assunção de todas as despesas decorrentes da prática, por qualquer pessoa singular ou colectiva, dos actos susceptíveis de produzir o efeito de propaganda eleitoral das respectivas candidaturas (n.º 3 do artigo 92.º da Lei Eleitoral)
- 7.2. A autorização prévia de despesas deve ser feita por escrito antes da prática do acto e o mandatário da candidatura deve comunicar no dia seguinte o acto de autorização à CAEAL.
- 7.3. A ratificação das despesas deve ser feita por escrito, no prazo máximo de 10 dias a contar da prática do acto de que resulta a despesa, e o mandatário da candidatura deve comunicar no dia seguinte o acto de ratificação à CAEAL.
- 7.4. Após o apuramento geral, os candidatos, os mandatários das comissões de candidatura ou os mandatários das candidaturas devem restituir o montante remanescente aos respectivos contribuintes e encaminhar, mediante a CAEAL, as contribuições anónimas para instituições assistenciais.
- 7.5. Quem violar o disposto no n.º 7.4 desta instrução incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)

Secção III – Dever de neutralidade

8. Dever de neutralidade e imparcialidade das entidades públicas ou entidades equiparadas

- 8.1. A partir da data da publicação da ordem executiva que marca a data das eleições, os órgãos da Administração e demais pessoas colectivas de direito público, das sociedades com capitais públicos e das sociedades concessionárias de serviços públicos, de bens do domínio público ou de obras públicas, bem como os órgãos das sociedades concessionárias para a exploração de jogos de fortuna ou azar e os órgãos de sociedade ou empresário pessoa singular que exploram jogos de fortuna ou azar por contrato com a concessionária, não podem participar, directa ou indirectamente, na campanha eleitoral, nem praticar actos que, de algum modo, favoreçam ou prejudiquem uma candidatura em detrimento ou vantagem de outras, devendo os seus trabalhadores, no exercício das suas funções, manter neutralidade que se traduz, nomeadamente em: (artigo 72.º da Lei Eleitoral)
 - 1) Observar, no exercício das suas funções, rigorosa neutralidade;
 - 2) Abster-se da afixação ou exibição, nos locais de trabalho, de quaisquer símbolos, autocolantes ou outros elementos com finalidades de propaganda eleitoral;
 - 3) Abster-se de aproveitar o tempo e o espaço de trabalho para fazer propaganda ou angariar votos no exercício das suas funções.
- 8.2. Quem, no exercício das suas funções, infringir os deveres de neutralidade ou imparcialidade perante as diversas candidaturas previstos na Lei Eleitoral é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias. (artigo 155.º da Lei Eleitoral)

Secção IV – Dever de sigilo

9. Proibição de uso de telemóvel e outros equipamentos de comunicação e de gravação na assembleia de voto

- 9.1. No dia das eleições da Assembleia Legislativa, dentro da assembleia de voto, é proibido utilizar telemóvel, qualquer outro equipamento de comunicação e aparelho de registo e captação de som ou de imagem em fotografia ou vídeo, salvo autorização prévia da CAEAL.
- 9.2. No dia das eleições da Assembleia Legislativa, dentro da assembleia de voto, é proibido utilizar telemóvel ou outros meios electrónicos com função de captação de imagem em fotografia ou vídeo para registar a intenção de voto expressa no boletim de voto da própria pessoa ou de outrem.
- 9.3. Quem violar o disposto no n.º 9.1 acima e não parar de praticar o respectivo acto ilícito após a advertência emitida pelos trabalhadores da assembleia de voto, incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)
- 9.4. Quem violar o disposto no n.º 9.2 acima incorre no crime de desobediência qualificada. (n.º 3 do artigo 10.º da Lei Eleitoral)

10. Proibição de revelar o voto ou a intenção de voto

Quem, no dia das eleições da Assembleia Legislativa, na assembleia de voto ou nas imediações até 100 metros, usar de coacção ou de artifício de qualquer natureza ou se servir do seu ascendente sobre o eleitor ou votante para obter a revelação do seu voto ou da sua intenção de voto é punido, nos termos da Lei Eleitoral, com pena de prisão até 6 meses; quem, dentro da assembleia de voto ou nas imediações até 100 metros, revelar o seu voto ou a sua intenção de voto é punido, nos termos da Lei Eleitoral, com pena de multa até 20 dias. (artigo 100.º e artigo 164.º)

Secção V – Modo de votação

11. Uso obrigatório do carimbo na votação

- 11.1. O eleitor deve preencher o boletim de voto com o carimbo próprio fornecido pela CAEAL e disponibilizado na câmara de voto.
- 11.2. Corresponde a voto nulo, o boletim de voto que esteja preenchido de qualquer outra forma que não seja através do uso do carimbo referido no n.º 11.1 anterior.

Aprovada na reunião de 3 de Março de 2025.

O Presidente da Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa
Seng Ioi Man